

TRANSTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE E OS MODOS DE EXISTIR DO SUJEITO

DISSOCIATIVE IDENTITY DISORDER AND THE SUBJECT'S WAYS OF EXISTING

Bruna Rodrigues Gonçalves Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda, RJ/Brasil
email 2023122363@academicougb.com.br

Millena dos Santos Hipólito Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda, RJ/Brasil
email thaisreispsico@gmail.com

Thaís Leite Reis Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda, RJ/Brasil
email thaisreispsico@gmail.com

Resumo O presente trabalho tem o objetivo de compreender o transtorno dissociativo de identidade (TDI) através dos conhecimentos da abordagem fenomenológica, buscando enxergar os possíveis modos de existir do sujeito portador do transtorno. Com esse intuito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa em bases de dados científicas como SciELO e PePsic, livros e revistas. O interesse na temática abordada surgiu, primeiramente, pela curiosidade em explorar mais sobre o TDI, visto que se trata de um transtorno raro, e também pela possibilidade de adquirir novos conhecimentos correlacionando os conceitos da fenomenologia com o transtorno. Dessa forma, foi possível observar que a fenomenologia, ciência que rompe com o ideal medicalizante o qual engessa e ignora a subjetividade do sujeito, entende o portador do transtorno dissociativo de identidade como um ser que vive sua subjetividade de forma livre, sem amarras e restrições.

Palavras-chave Transtorno dissociativo de identidade. Dissociação. Sujeito. Subjetividade. Fenomenologia.

Abstract This final paper aims to understand the dissociative identity disorder through the knowledge of phenomenological approach, therefore, seeking to understand the individual's possible ways to exist. For this, a bibliographical and qualitative research was carried out on scientific databases (SciELO and PePsic), books and academic journals. The interest in the subject came up firstly because of curiosity about the theme, seen that it's a rare disorder, and also for the possibility to acquire new knowledge correlating the concepts of phenomenology with the disorder. That way, it was possible to see that phenomenology, science which breaks with the medicalizing ideal and ignores the subjectivity of the individual, understand this individual with dissociative identity disorder as a human being that lives your subjectivity freely, without cuffs and restrictions.

Keywords Dissociative identity disorder. Dissociation. Individual. Subjectivity. Phenomenology.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 23/05/2025
 Publicado em 30/08/2025

1. INTRODUÇÃO

Segundo Almeida, Belloli Ribeiro e Benedetti (2020), o transtorno dissociativo de identidade (TDI), anteriormente conhecido de forma popular como transtorno de múltiplas personalidades, tem como característica um indivíduo portador de duas ou mais identidades que podem alternar de uma para a outra. As autoras acrescentam que, junto a isso, o sujeito poderá vir a ter amnésia dissociativa, além de episódios de despersonalização e desrealização, que pode acarretar à ele, consequências significativas em sua vida social.

Edmund Husserl, considerado pai da fenomenologia, desenvolveu um método baseado no estudo dos fenômenos psíquicos. De acordo com Silva (s. d.), tais fenômenos passam a ser considerados de acordo com a forma que se apresentam à consciência do homem. Portanto, o fenômeno é aquilo que aparece, aquilo que é. A ênfase dada por Husserl sobre a análise da consciência nos permite o entendimento de que tudo acontece com intenção de algo, uma vez que a consciência está direcionada fora de si. Logo, um objeto terá sentido a partir do momento que for direcionado à consciência pelo indivíduo.

Com base na linha de pensamento proposta por ele, podemos utilizar aspectos fenomenológicos fundamentais em relação ao transtorno dissociativo de identidade. O modo subjetivo que a vivência patológica exerce sobre o indivíduo tem influência significativa em sua relação interpessoal, podendo afetar diretamente suas emoções e seus comportamentos. Dessa forma, partindo do pressuposto que a fenomenologia compreende o fenômeno a partir do que ele se apresenta, podemos entender a vivência patológica do indivíduo da maneira exata como é mostrada, desprendendo-se de conceitos anteriormente pré-estabelecidos, sejam cientificamente ou socialmente.

Apesar dos métodos científico e fisiológico obterem extrema importância acerca da psicopatologia, a abordagem fenomenológica propõe descentralizar os sintomas objetivos do sujeito e ressaltar a experiência patológica adquirida por ele. Evita enxergá-lo como uma máquina destinada a entregar resultados, mas sim como um ser humano que existe no mundo e, assim como todos nós, tem questões e angústias particulares que abarcam sua vida.

Por ser uma abordagem que preza pela subjetividade de cada um e entende que os fenômenos devem ser considerados no modo como ele se apresenta, além de ideias pré-concebidas, acredita-se que a fenomenologia irá compreender o transtorno de forma livre, livre de qualquer ideia que engesse esse indivíduo e que o coloque no lugar de "só mais um doente".

O artigo apresentado tem por objetivo compreender o transtorno dissociativo de identidade através da abordagem fenomenológica, buscando enxergar os possíveis modos de existir do sujeito portador do transtorno. O presente trabalho possui abordagem qualitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica em base de dados acadêmicas, como SciELO e PePsic, além de informações contidas

em revistas e/ ou livros de referência da área.

Espera-se que o estudo possa contribuir para que os profissionais da psicologia se relacionem com o sujeito e não somente com a doença, traçando estratégias humanizadas, a partir das necessidades do próprio sujeito, favorecendo sua autonomia e potencialidades.

2. ENTENDENDO O TDI

Antes de falarmos sobre o TDI em si, é importante entendermos um pouco sobre o fenômeno da dissociação. Pierre Janet, psicólogo, psiquiatra e neurologista francês é considerado o precursor da definição desse fenômeno. Segundo Blaser (2015), através de vários experimentos que Pierre fez com uma de suas pacientes, foi possível chegar à conclusão de que ela teria uma duplicação de consciência ou uma duplicação de personalidade. Diante disso, o psicólogo se aprofundou mais em suas pesquisas até chegar de fato no termo “dissociação”. Logo em seguida, o termo é substituído por “desagregação”, mantendo o mesmo significado.

Janet defendia a desagregação como resultado da “fraqueza de síntese”. E o que isso quer dizer? Blaser (2015) explica que o sujeito apresenta uma dificuldade em organizar as informações que lhe são suscetíveis dentro de sua percepção. Com isso, um grupo de fenômenos, sendo eles complexos ou não, começam a tomar forma fora da consciência do sujeito. Ou seja, eles são dissociados dessa consciência. A pessoa não consegue “lidar” com aquilo que aconteceu e acaba dissociando.

A característica essencial da desagregação psicológica é a formação no espírito de dois grupos de fenômenos um constituindo a personalidade ordinária, e o outro, suscetível de se subdividir, formando uma personalidade anormal diferente da primeira e completamente ignorada por ela. (JANET, 1889, p. 102 apud BLASER, 2015, p. 46)

Conforme explicam Almeida, Belloli Ribeiro e Benedetti (2020, p. 1), “o TDI, anteriormente chamado de Transtorno de Personalidades Múltiplas, é um tipo de transtorno dissociativo caracterizado por dois ou mais estados de identidades que se alternam”. Oliveira Maraldi (2019) assinala que cada uma dessas identidades possui características bem distintas umas das outras, como, por exemplo, idade, preferência alimentar, mudanças no jeito de se vestir, falar ou andar. Além disso, em alguns casos, é possível observar essa distinção em aspectos fisiológicos, como alergias alimentares e de pele (LEVIN, 1997 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019). De acordo com o DSM-5, o TDI pode ser descrito como uma:

Ruptura da identidade caracterizada por dois ou mais estados de personalidade distintos, que podem ser descritos em algumas culturas como uma experiência de possessão. A ruptura na identidade envolve uma descontinuidade acentuada no senso do Eu e no senso de controle, acompanhada de alterações relacionadas no afeto, comportamento, consciência, memória, percepção, cognição e / ou funcionamento

sensorio motor. Esses sinais e sintomas podem ser observados por outros ou relatados pelo próprio indivíduo. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013, p. 292 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019, p. 3)

Como dito anteriormente, o sujeito portador do TDI pode apresentar mudanças físicas e comportamentais. Por conta do alto número de comorbidades envolvidas, pressupõe-se que o paciente é afetado em várias esferas de sua vida, como no trabalho, escola, nas relações amorosas e nas relações sociais em geral.

Diante disso, no início de sua descoberta, como citado por Oliveira Maraldi (2019), o transtorno era muito confundido com possessões demoníacas. Um dos primeiros relatos notificados sobre personalidades múltiplas surgiu no final do século XIX. Uma garota americana chamada Lurancy começou a apresentar alguns dos sintomas e na época acreditavam que ela estava possuída por vários espíritos, inclusive o espírito de uma de suas vizinhas que havia falecido há pouco tempo. Alguns estudiosos da época discutiram o caso se distanciando de ideias religiosas e sobrenaturais na intenção de realmente entender o fenômeno. Entretanto, tal debate só começou a reverberar a partir dos anos de 1990.

A partir disso, teóricos questionavam-se sobre a origem e veracidade do transtorno. Alguns acreditavam que estava relacionado com a vivência sociocultural do indivíduo, enquanto outros levantavam a hipótese de que era causado por algum trauma de infância. Os dois modelos, explicados por Almeida, Belloli Ribeiro e Benedetti (2020) são chamados de sociocognitivo e pós-traumático. O primeiro entende que essa “mudança de personalidade” acontece sem ser intencional, e está relacionada com questões socioculturais, como hipноses, mediunidades e possessões espirituais (ALMEIDA; BELLOLI RIBEIRO; BENEDETTI, 2020). Ou seja, por conta da inserção em certas culturas, o sujeito acaba por adotar alguns comportamentos específicos. O segundo — que depois veio a se tornar um fator causal clássico do transtorno — entende o TDI como uma forma do paciente resistir a algum abuso severo que sofreu na infância, podendo ser físico ou psicológico. (ALMEIDA; BELLOLI RIBEIRO; BENEDETTI, 2020). Como não pode e não consegue suportar aquilo, ele dissocia para poder “fugir” da imagem/lembrança do ocorrido. É como se “as outras personalidades” agissem como um mecanismo de defesa. Consequentemente, a identidade dominante, por conta da amnésia dissociativa, esquece do que aconteceu, “deixando” essa lembrança ruim com as outras “personalidades”.

[...] A divisão interna da identidade é também considerada resultante do próprio impacto da experiência traumática, observada geralmente em tenra infância, o que viria a prejudicar o desenvolvimento posterior de uma identidade e autoconceito relativamente estáveis. (ROSS, 1898 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019, p. 7)

Além do abuso, a dissociação pode ser relacionada com outros problemas como a presença da

criança em ambiente violento. Presenciar violência física e sexual em ambiente familiar (que pode levar à retirada da criança de casa ou não), ausência da mãe, do pai, ou de ambos, presença de estranhos em casa, falta de investimento emocional e de cuidados básicos para criança, entre outros, também influenciam (ALMEIDA; BELLOLI RIBEIRO; BENEDETTI, 2020). As autoras acrescentam:

[...] se este trauma for causado por alguém em quem a vítima confia, a dissociação e outras disfunções cognitivas acontecem numa tentativa de manter algum apego, ainda que este seja abusivo — chamando-se, assim, teoria da traição. Assim, a teoria implica a dissociação como um mecanismo de bloqueio de informações relacionadas ao trauma [...]. (ALMEIDA; BELLOLI RIBEIRO; BENEDETTI, 2020, p. 7)

Alguns teóricos contestaram a veracidade da teoria do pós-trauma e diziam não haver comprovação de que os traumas estariam associados ao TDI. Apesar disso, Dalenberg e colaboradores (2012 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019) fizeram referência a estudos em que o abuso teria sido constatado e documentado antes do diagnóstico ter sido feito, sugerindo haver evidências confiáveis da relação entre TDI e trauma.

Outra forma de comprovação do transtorno seriam as pesquisas neurofisiológicas a fim de investigar se existem ou não diferenças fisiológicas no cérebro de pessoas com TDI. Reinders et al. (2003, 2006 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019) salientam que através dos estudos foi possível perceber alterações no fluxo sanguíneo cerebral desses pacientes. Isso está associado ao nível de conhecimento de lembranças traumáticas das “identidades”. Além disso, os pesquisadores acrescentam que foi observado que áreas como a amígdala e a ínsula (responsáveis pelo processamento de emoções e somatossensorial, respectivamente) eram ativadas quando uma “identidade” dizia-se lembrar do trauma. Esse nível de ativação era diminuído ou percebido quase inexistente quando outra “identidade” ou estado do eu dizia não se lembrar do que havia acontecido (OLIVEIRA MARALDI, 2019).

É importante pontuar que, por mais que tenham sido feitos exames e que realmente exista alguma diferença fisiológica nesse sentido, não podemos tomar isso como uma resposta universal para caracterizar o transtorno, visto que, além das experiências socioculturais dos indivíduos influenciarem significativamente, o cérebro está em constante mudança e adaptação. Além disso, cada indivíduo experiencia o transtorno de forma única.

2.1. Um complexo caminho até o diagnóstico

É fundamental descrever os desafios que envolvem o diagnóstico de transtornos mentais, tendo em vista que se trata de um tema ainda envolto de estigmas, principalmente diante da sociedade

(BRUNELLO, 1998 apud NASCIMENTO; LEÃO, 2019, p. 2). Os sintomas que a dissociação exerce sobre a consciência, memória e identidade do indivíduo podem levar a comportamentos característicos de outras doenças mentais. Logo, a semelhança desses sintomas pode gerar confusões e dificuldades na realização de um diagnóstico preciso (APA, 2013 apud ALMEIDA; BELLOLI RIBEIRO; BENEDETTI, 2020, p. 6).

As questões histórica e social são aspectos de importante relevância no processo de diagnóstico. Por meio de uma revisão integrativa realizada por Dorahy et al. (2006 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019), foi possível ter maior clareza sobre como essas questões ocupam um espaço significativo durante o processo de avaliação de um possível transtorno dissociativo. A pesquisa contou com a participação de profissionais da psicologia e psiquiatria, e ambos utilizaram métodos mais conservadores na avaliação dos pacientes, como o uso de instrumentos padronizados e embasamento nos critérios diagnósticos retirados do DSM-IV. O principal foco da avaliação diagnóstica foi considerar a manifestação de múltiplas personalidades e nomes distintos no mesmo indivíduo.

Contudo, a pesquisa revelou dois problemas: a pequena amostra estudada e o fato de os pesquisadores influenciarem durante a avaliação, informando aos pacientes previamente que o estudo seria sobre a dissociação, induzindo a manifestação dos sintomas do TDI (DORAHY et al., 2006, p. 175 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019, p. 13).

O estudo citado possibilita uma reflexão sobre os métodos e critérios diagnósticos e como os profissionais podem vir a induzir o paciente avaliado a manifestar ou não os sintomas do transtorno dissociativo. Embora seja afirmado por defensores do diagnóstico clínico que os sintomas não são construídos através do meio social, de acordo com Ross (1989 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019), reforça-se a ideia de que a “personalidade múltipla” surgiu na sociedade historicamente como uma possessão demoníaca. Ainda hoje, a sociedade compreende a sintomatologia do transtorno dissociativo de acordo com crenças pessoais e o contexto social a que pertencem, isto é, a compreensão dos sintomas se dá por meio de suposições culturais implícitas enraizadas no sujeito (ROSS, 1989 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019, p. 14).

Dessarte, é possível pensar o quão complexo é a demarcação do diagnóstico de um transtorno como esse.

Ao longo das últimas décadas, tornou-se cada vez mais claro que o TDI é caracterizado por muito mais do que os “alters”. Pessoas com TDI rotineiramente exibem uma gama variada de sintomas dissociativos. Em outras palavras, TDI é mais do que um transtorno de identidades múltiplas; é um transtorno dissociativo complexo e crônico. (DELL, 2009, p. 392 apud OLIVEIRA MARALDI, 2019, p. 9)

Nesse sentido, a fenomenologia não vai se ocupar do diagnóstico, mas sim abrir espaço para que todos os acontecimentos possam se revelar dessa relação entre pessoa e doença.

2.2. A compreensão do tdi através da abordagem fenomenológica

A fenomenologia é uma filosofia da experiência, ou seja, o método fenomenológico antecede explicações meramente psicológicas, sociológicas, ou historicistas ofertadas pela ciência (TENÓRIO, 2003). A postura que o psicólogo fenomenológico-existencial deve assumir é a de uma escuta do ser, desvelando-se ao mesmo tempo em que este também se desvela, recusando-se a deixar que suas vivências e experiências pessoais influenciem ou interfiram na escuta direcionada ao sujeito (COSTA, 1995 apud TENÓRIO, 2003 p. 41-42).

O método fenomenológico teve como seu precursor fundamental Edmund Husserl, um filósofo e matemático que, por volta do século XIX, desenvolveu um estudo fenomenológico essencial quanto aos campos filosóficos e científicos. O pensamento proposto por Husserl aborda uma fundamentação completamente nova, destacando a necessidade da relação de encontro entre objeto e sujeito. Assim, “como um método de pesquisa, a fenomenologia é uma forma radical de pensar” (MARTINS, 2006).

Tendo em vista que as ciências positivas entendem o objeto como algo independente, a fenomenologia surge como meio de questionar e enfatizar a importância que o sujeito tem no processo de "dar sentido" àquele objeto, pois sem isso o objeto torna-se algo desprovido de significado. “Um objeto só terá sentido, só adquire sentidos a partir da intencionalidade intuitiva da consciência, pois a verdade é o acontecimento que interliga o sujeito humano ao mundo vivido” (GUIMARÃES, 2008 apud BORBA, 2010, p. 5). Assim sendo, Husserl assevera:

Desta maneira, na consciência desperta eu sempre me encontro referido a um único e mesmo mundo, sem jamais poder modificar isso, embora este mundo varie em seu conteúdo. Ele continua sempre a estar “disponível” para mim, e eu mesmo sou membro dele. (HUSSERL, 2006, p. 75, BORBA, 2010, p. 3)

De acordo com Silva (s. d.), no estudo de Investigações Lógicas de Husserl (1901), podemos compreender o conceito de intencionalidade da consciência como algo que tem um propósito e um porquê: nada acontece por acaso ou sem razão de ser. Tal afirmação não quer dizer que o objeto está contido na consciência como se estivesse dentro de uma caixa, mas sim que só tem seu sentido de objeto para uma consciência (DARTIGUES, 2005, p. 212 apud SILVA, s. d.).

O filósofo alemão Martin Heidegger, através de sua publicação da obra *Ser e Tempo*, marcou a sistematização de uma fenomenologia inaugurando uma linguagem própria quando coloca a questão do ser como a máxima tarefa de reflexão e da ação humana (TRZAN-ÁVILA, 2020). Heidegger (2012) aponta que o método fenomenológico seria o único capaz de alcançar a caracterização dos traços distintivos da existência humana e a elaboração de uma ontologia fundamental. O filósofo tinha como objetivo mostrar onde e como tudo começa compreendendo o ser das coisas e não somente ente que já é puramente dado.

Conforme dito por Trzan-Ávila (2020), Heidegger não utiliza o termo “homem”, pois considera que a palavra é marcada pelos preconceitos da tradição. O autor acrescenta:

Para escapar de toda pré-determinação sobre o ser do homem ele usa "ser-aí" de modo a apontar que todas as determinações de ser do existente provêm do seu "aí". Ser-aí é o que sobra quando se suspendem todas as teorias a partir da aplicação do método fenomenológico de Husserl. Como o ser-aí não é nada em específico, nem mesmo um conceito, ele deve ser pensado na chave singular. (TRZAN-ÁVILA, 2020)

O sujeito portador de um transtorno mental, que se encontra em sofrimento psíquico extremo, experiencia situações de maneira diferenciada de uma pessoa comum.

Na depressão, o sentimento de falta de possibilidades é muito acentuado. Na ansiedade o que emerge são possibilidades negativas ou conflitantes. O possível e o impossível perdem seus limites na psicose e quando ingressamos no plano imaginário. (ROMERO, 1977, p.34 apud TENÓRIO, 2003, p. 7)

Analisando por essa perspectiva, podemos compreender que o sujeito atravessado pelo transtorno dissociativo de identidade incorre por inúmeras questões, tanto físicas quanto emocionais. Por conseguinte, com as faculdades mentais distorcidas da realidade, o sujeito entra em conflito consigo mesmo e com o meio ao qual está inserido. Ele é afetado pelo meio que está inserido, porém suas ações e escolhas também afetam esse meio, ou seja, é uma relação mútua na qual ambos estão em constantes situações de atravessamentos. Conforme diz Augras:

A saúde encontra-se nesse fogo de interações. Pois cada estado de equilíbrio alcançado destrói o estado anterior. A vida procede dialeticamente. Ordem e desordem são etapas constantes no desenvolver do homem e do mundo. (AUGRAS 1986, p. 11 apud TENÓRIO, 2003, p. 7)

No livro *O Paciente Psiquiátrico*, de Van Den Berg (1973), o autor começa exemplificando um caso de um rapaz que diz não conseguir sair de sua casa. O curioso é que ele apresenta essa dificuldade apenas à luz do dia. Relata que as casas parecem cair sobre ele, que tudo tem uma aparência escura, cinzenta, em ruínas. As ruas parecem mais largas e completamente vazias. Outras pessoas não conseguem ver diferença alguma nas ruas ou nas casas. Mesmo estando junto dele, relatam não haver nada de diferente. Ou seja, aquilo que o paciente diz enxergar é visto apenas por ele.

Embora o paciente citado não tenha o mesmo transtorno que estamos tratando aqui neste artigo, podemos observar como essa relação homem/mundo está interligada e como fica claro, através desses exemplos, essa correlação do meio sendo afetado e, conseqüentemente, como cada um afeta o meio com seu modo de ser e sofrer existencialmente. Conforme nos explana Forghieri (1993), “os seres humanos, embora tenham suas próprias peculiaridades, existem todos no mundo, constituindo-o e constituindo-se, simultaneamente”. Segundo a autora, nós possuímos uma certa “comunalidade” e

isso se dá pois todos nós estamos, a todo momento, em troca com o mundo e nossos semelhantes.

O exemplo citado por Van Den Berg pode ser comparado com um relato de caso publicado em 2015 na revista *Debates em Psiquiatria* por Santos (2015). Nesse relato, um paciente com TDI, encaminhado pelo CAPS, foi internado por conta do uso de substâncias ilícitas. O mesmo conta que seus treze amigos ou demônios (formas pelas quais ele refere-se às identidades) estão com ele há dez anos e que isso o traz um sofrimento muito grande, pois as pessoas não acreditam em sua condição e acham que tudo é uma grande mentira, podendo vir a tratar o sujeito de forma estigmatizada, potencializando ainda mais seu sofrimento. Quanto a isso, Biswanger, psiquiatra suíço, através de seus estudos sobre a psicopatologia, explica:

[...] se direciona a uma fenomenologia que não se limita a descrever o quadro psicopatológico, e define como a principal tarefa da fenomenologia oferecer ao psicopatologista uma nova possibilidade de compreender o homem psicótico. (BISWANGER, 1971 apud PITA; MOREIRA, 2013, p. 8)

Dessa forma, não se pode limitar em apenas enxergar os sintomas do paciente, mas também se atentar ao sujeito como um todo, buscando entender seu mundo de acordo como ele o experiencia. Tal atitude fenomenológica surge como forma de combate aos estigmas e concepções errôneas que podem vir a ser criadas sobre o sujeito.

Comparando o caso citado por Van Den Berg e o caso de TDI, podemos refletir mais um pouco sobre o que foi dito anteriormente. A questão da estigmatização de doenças mentais é algo ainda muito presente na sociedade. É inegável o fato de que muitas coisas se desconstruíram ao longo dos anos e, conseqüentemente, melhoraram, mas ainda assim é preciso ter cuidado. O ponto aonde queremos chegar é o de que cada paciente se insere em uma realidade diferente e nós, como psicoterapeutas, devemos considerá-las da maneira que são. Não há nada mais real do que aquilo que o paciente nos traz. É o que atravessa sua existência, de forma crua e real, e influencia diretamente em sua essência. É o que é. Sobre isso, Berg aponta:

O mundo a que o paciente se refere, para ele é tão real quanto, para nós, o mundo em que vivemos. O seu mundo é, até mesmo, mais real que o nosso; pois, ao passo que podemos nos livrar do feitiço de uma paisagem depressiva, o paciente não é capaz de se libertar de seu lúgubre panorama. (BERG, 1973, p. 23)

Quando desacreditamos ou duvidamos do que o paciente tem a dizer, desconsideramos completamente seu modo de ser no mundo. Logo, é importante pensarmos sobre o sujeito e sua relação com o corpo. Afinal, “falar do seu próprio corpo significa falar de si mesmo”, como afirma Berg (1973). Quando o paciente fala sobre sua vivência com as diferentes identidades no TDI, ele fala sobre si mesmo. Apesar de se mostrarem como algo “à parte” dele, com características, distintas

da “identidade dominante”, eles não são nada mais nada menos do que reflexos do que o paciente é e vivenciou ao longo de sua existência.

O paciente citado no relato de caso sofreu abuso sexual aos oito anos por um tio, além de ter sofrido abuso sexual na escola também. Dessa forma, como nos passa Almeida Prado (2012), “o passado e o futuro presentificam-se no corpo”. Já nos deparamos com situações das quais lembramos de um evento marcante, por exemplo, e sentimos, ao lembrar dele, sensações como: palpitações, sudorese, tremores. É algo que já ocorreu há um tempo, mas, mesmo assim, ainda causa efeito em nosso corpo físico no presente.

A partir disso, é possível refletir sobre a questão do ser doente e saudável existencialmente. Conforme Forghieri (1993 p. 53) argumenta, “ser sadio existencialmente consiste tanto em se abrir às próprias possibilidades, como em aceitar e enfrentar os paradoxos e restrições da existência.” Sabemos que, ao longo da vida, vamos nos deparar com várias restrições e vários conflitos, afinal, são parte de nossa existência. Entretanto, a forma que iremos encará-los irá influenciar em nossa saúde existencial.

Assim sendo, Forghieri (1993, p. 53) explicita que “o adoecimento existencial só acontece quando as limitações e conflitos não são reconhecidos e enfrentados pela pessoa, à luz de suas múltiplas possibilidades, passando então, a se tornar exageradamente ampliados e dominantes em sua vida.” Posto isso, podemos dizer que o paciente com TDI mencionado anteriormente não conseguiu suportar o abuso sofrido na infância. Por não conseguir enfrentar e reconhecer tal conflito, conseqüentemente, ele não consegue enxergar outras possibilidades para lidar com seu sofrimento, além da dissociação a outros “alters”. Por conta disso, o sujeito não consegue ir além e permanece estagnado nesse mesmo cenário.

Portanto, para que se consiga atingir novas possibilidades, é necessário, segundo Forghieri (1993), que a pessoa aceite as situações de sofrimento e com elas se envolva, para que consiga compreendê-las. Quanto mais afastada a pessoa estiver da situação de sofrimento, mais difícil fica sua compreensão acerca do que ela possui e pode vir a construir para poder encarar tal situação, na qual, no fim, irá permanecer na posição de estagnação.

Vale ressaltar que mesmo o abuso na infância sendo um dos indicativos, nem toda pessoa que o experienciou por conseguinte irá desenvolver o TDI, visto que existem diversas possibilidades de ser existencialmente. Conforme Pardal explica:

O ser não somente não pode ser definido, como também nunca se deixa determinar em seu sentido por outra coisa nem como outra coisa. O ser só pode ser determinado a partir do seu sentido como ele mesmo (PARDAL, s.d., p. 3 apud HEIDEGGER, 2005).

Portanto, o que traumatiza um não traumatiza o outro. Dessa forma, a fenomenologia procura compreender a relação iluminadora entre ser e ente questionando o que leva o indivíduo ser aquele ente e não um outro. Em outras palavras, perceber esse modo de sofrer existencialmente escolhido, mesmo que irrefletidamente pelo indivíduo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto no artigo, foi possível reforçar a complexidade do TDI e entender melhor sobre o fenômeno de dissociação proposto por Pierre Janet, conceito essencial para a compreensão do transtorno. Além disso, conseguimos compreender sobre as possíveis origens do TDI e qual sua relação com aspectos culturais e sociais, ademais, suas possíveis causas.

Em relação à vinculação com a fenomenologia, levantamos conceitos de teóricos como Husserl, Heidegger, Van Den Berg, Biswanger e Forghieri. Todas as considerações dos autores citados contribuíram de forma significativa na produção da pesquisa e nos auxiliaram a ter uma visão mais ampla e clara sobre o sujeito com TDI.

Diante disso, entendemos esse sujeito como ser singular, que experiencia seu transtorno de maneira única e que deve ser livre de qualquer pré-julgamento que o coloque como imobilizado e restrito a uma só possibilidade. Dito isso, vale ressaltar que, apesar das teorias envolvendo o biológico, social e histórico, a fenomenologia não se prende a nenhuma delas, indo além, optando por considerar a abertura desse sujeito, que é livre na forma de enxergar e vivenciar seu transtorno.

Além do que foi explicado, reconhecemos a necessidade da produção de mais trabalhos envolvendo a psicopatologia e o transtorno dissociativo de identidade. Espera-se que o estudo das questões apresentadas sirva para contribuir e enriquecer ainda mais não só a área acadêmica, mas além dela, incluindo os profissionais psicólogos e os demais da área da saúde que já atuam profissionalmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda Marcário de; BELLOLI RIBEIRO, Arieli; BENEDETTI, Laura. Transtorno Dissociativo de Identidade: um mecanismo de proteção complexo. *Psicopatologia crítica: perspectivas do sofrimento existencial*, v. 1, n. 1, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://koan.emnuvens.com.br/psicopato/article/view/38>.

ALMEIDA PRADO, Rafael Auler de; CALDAS, Marcus Tulio; QUEIROZ, Edilene Freire de. O corpo em uma perspectiva fenomenológico-existencial: aproximações entre Heidegger e Merleau-Ponty. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, p. 776-791, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vmktLpLLknSXJkKkR7MGHVJ/>.

BERG, Jan Hendrik Van Den. *O paciente psiquiátrico*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

- BLASER, J. Multiplicando a consciência: a dissociação e suas consequências segundo Pierre Janet. Tese (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 123, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/350>.
- BORBA, Jean Marlos Pinheiro. A fenomenologia em Husserl. Revista do NUFEN, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 90-111, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000200007.
- FORGHIERI, Yolanda. Psicologia Fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisas. 1. ed. São Paulo: Cenage Learning, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MARTINS, J. Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação. São Paulo: Centauro, 2006.
- NASCIMENTO, Larissa Alves do; LEÃO, Adriana. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [s. l.], vol. 26, núm. 1, 2019, janeiro–março, p. 103-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/sNMq8fztJLGCfvsQ47ckrSn/>.
- OLIVEIRA MARALDI, Everton de. Transtorno dissociativo de identidade: aspectos diagnósticos e implicações clínicas e forenses. Revista Fronteiras Interdisciplinares do Direito, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 32, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fid/article/view/46307>.
- PITA, Juliana; MOREIRA, Virgínia. As fases do pensamento fenomenológico de Ludwig Binswanger. Psicologia em Estudo, [s. l.], v. 18, p. 679-687, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/bxRKYSLKN4Ck7q4pz4J4QJM/?lang=pt>.
- SANTOS, Mirian Pezzini dos et al. Transtorno dissociativo de identidade (múltiplas personalidades): relato e estudo de caso. Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 32-37, 2015. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/173>.
- SILVA, Paulo César Gondim da. A fenomenologia de Husserl: uma breve leitura. Meu Artigo Brasil Escola, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescuela.uol.com.br/filosofia/a-fenomenologiahusserl-umabreveleitura.htm>. Acesso em: 9 maio 2024.
- TENÓRIO, Carlene Maria Dias. A psicopatologia e o diagnóstico numa abordagem fenomenológica-existencial. Universitas: Ciências da Saúde, online, v. 1, n. 1, p. 31-44, 2003. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/cienciasaude/article/view/493>.
- TRZAN-ÁVILA, Alexandre. Encontros e Desencontros entre o Pensamento de Husserl e Heidegger: Fenomenologia em Movimento. Estudos e Pesquisas em Psicologia, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 1149-1169, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/56655/36210>.
- WATANABE, Adriano; BRESSAM, Alessandra; PARDAL, Poliana Priscila Matos. Conceitos do existencialismo vistos sob a ótica de Martin Heidegger. Meu Artigo Brasil Escola, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescuela.uol.com.br/amp/filosofia/conceitos-existencialismo-vistos-martin-heidegger.htm>. Acesso em: 9 maio 2024.